REFLEXOS DA COVID-19 NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E AS MEDIDAS JURÍDICAS PARA A PROTEÇÃO DA MULHER

REFLECTIONS OF COVID-19 ON DOMÉSTIC AND FAMILY VIOLENCE AND LEGAL MEASURES FOR THE PROTECTION OF WOMEN

Karolinne Victória José Da Silva Zarro

Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Nova Iguaçu-Campus V. E-mail: karol.victoriajsz@gmail.com.

Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral

Professora da Universidade Nova Iguaçu-Campus V. Pós-doutoranda em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Grupo de Pesquisa “Desafios do Processo” (UFES). Doutora e mestra em Cognição e Linguagem (UENF). E-mail: hildeboechat@gmail.com.

Gilberto Fachetti Silvestre

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Coordenador do Grupo de Pesquisa “Desafios do Processo”. E-mail: gilberto.silvestre@ufes.br.

RESUMO:

Trata-se de pesquisa que objetivou analisar a existência de aumento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o distanciamento social adotado como medida protetiva e preventiva para o enfrentamento da *Covid-19*. Justifica-se este estudo pela necessidade de medidas efetivas em relação à proteção da mulher vitimada pela violência doméstica, principalmente para diminuir o número de casos da violência doméstica e garantir às vítimas proteção integral e o afastamento imediato do agressor de suas residências, além da punição pela prática da violência. Na metodologia, a pesquisa foi qualitativa, pois analisou dados estatísticos objetivos e avaliou as consequências danosas da violência durante o confinamento. Para subsidiar a reflexão das causas e das medidas sociais e jurídicas, a pesquisa procedeu a uma análise de documentos legislativos e da literatura jurídica.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar. *Covid-19*. Isolamento social. Medidas protetivas.

ABSTRACT: This research aimed to analyze the existence of an increase in cases of domestic and family violence against women during the social distance adopted as a protective and preventive measure to face *Covid-19*. This study is justified by the need for effective measures in relation to the protection of women victimized by domestic violence, mainly to reduce the number of cases

of domestic violence and guarantee victims full protection and immediate removal of the aggressor from their homes, in addition to punishment for the practice of violence. In the methodology, the research was qualitative, because it analyzed objective statistical data and evaluated the harmful consequences of violence during confinement. To support the reflection of the causes and social and legal measures, the research proceeded to an analysis of legislative documents and the legal literature.

Keywords: Domestic and family violence. Covid-19. Social isolation. Protective measures.

RESUMEN: Esta es una investigación que tuvo como objetivo analizar la existencia de un aumento en los casos de violencia doméstica y familiar contra las mujeres durante la distancia social adoptada como medida de protección y prevención para enfrentar a Covid-19. Este estudio se justifica por la necesidad de medidas efectivas en relación con la protección de las mujeres víctimas de violencia doméstica, principalmente para reducir el número de casos de violencia doméstica y garantizar a las víctimas una protección total y la expulsión inmediata del agresor de sus hogares, además del castigo. para la práctica de la violencia. En la metodología, la investigación fue cualitativa, ya que analizó datos estadísticos objetivos y evaluó las consecuencias nocivas de la violencia durante el confinamiento. Para apoyar la reflexión de causas y medidas sociales y legales, la investigación procedió a un análisis de documentos legislativos y literatura legal.

Palabras clave: violencia doméstica y familiar. COVID-19. Aislamiento social. Medidas de protección.

1. Introdução.

Os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher cresceram de forma substancial, principalmente no primeiro semestre de 2020, em que a *Covid-19* tem imposto às famílias medidas de prevenção e proteção, como o isolamento social, a quarentena e o distanciamento social.

Diante desse fato, verificou-se que o número de denúncias de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher aumentou significativamente em comparação com os anos de 2015 a 2019, segundo dados dos “Anuários Brasileiros de Segurança Pública” e do “Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica contra as Mulheres no Brasil” do Conselho Nacional de Justiça.

Essa pesquisa se propõe, então, analisar se os conflitos familiares provêm do consumo excessivo de bebidas alcoólicas e outros fatores que, associados ao longo período que os casais passam juntos em casa, contribuem para o aumento do número de casos de violência doméstica contra a mulher durante a pandemia. Nesse aspecto, essa investigação não foi sócio empírica, dadas as impossibilidades de realização neste momento. Por isso, se restringiu a analisar dados dos documentos estatísticos elaborados pelos órgãos públicos responsáveis pela tutela contra a violência doméstica.

O objetivo geral é analisar quais as medidas preventivas e protetivas que estão sendo adotadas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Empregou-se a metodologia quali-quantitativa, com base na pesquisa bibliográfica em artigos e material disponível nas plataformas indexadas, e exploratórias em relação ao exame de documentos e decisões dos tribunais. Tudo isso associado à investigação em torno dos dados estatísticos levantados.

O questionamento foi se a Lei Maria da Penha e as medidas preventivas e protetivas se fizeram necessárias para garantir às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar a imediata proteção e a punição dos agressores, assegurando-lhes dignidade e ampla segurança.

2. O crescimento das estatísticas de violência doméstica e familiar no período da *Covid-19*

Uma das medidas essenciais adotadas para a prevenção e proteção que visam combater a *Covid-19* o distanciamento e o isolamento social, considerados as medidas preventivas mais eficazes no combate ao coronavírus e na profilaxia da *SARS-Cov-2* (BRASIL.OPAS/OMS, 2020).

O isolamento social é um comportamento voluntário e involuntário em que as pessoas são mantidas isoladas umas das outras. O isolamento voluntário ocorre quando um indivíduo, por decisão própria, isola-se de um determinado grupo ou da sociedade por questões pessoais ou falta de identificação com as demais pessoas. Em contrapartida, o isolamento involuntário ocorre contra a

vontade dos indivíduos e por motivos de força maior, ou seja, ocorre quando o Estado, por exemplo, o impõe por razões de guerras e questões sanitárias em meio a epidemia e pandemia para que não ocorra a propagação da doença (PORFÍRIO, 2020).

As medidas preventivas — como a quarentena e o distanciamento social — são espécies de isolamento social involuntário e são medidas expressamente impostas pelo Estado. A quarentena, por sua vez, significa isolamento social durante quarenta dias ocorrendo quando a pessoa que estiver infectada ou sob suspeita de ter contraído o vírus devendo manter-se isolada em casa, abrigos específicos de isolamento ou unidade hospitalar visando a evitar a disseminação da doença. Já o distanciamento social tem como objetivo evitar aglomerações e determinar em metros a distância segura entre duas ou mais pessoas para que não haja a transmissão e o contágio da doença (PORFÍRIO, 2020).

Em detrimento adoção do isolamento social imposto no período de *Covid-19*, as pessoas passaram a conviver integralmente em confinamento, sozinhas ou acompanhadas por seus familiares em suas residências. Anteriormente à pandemia, essas pessoas possuíam vida social e viviam rotinas ininterruptas, ou seja, não tinham tempo integral para conviver com as pessoas da família isoladamente.

Ao mesmo tempo em que o isolamento social está sendo adotado como uma das medidas para evitar a disseminação do coronavírus e aproximar os familiares residentes no mesmo lar, opostamente aumentaram os casos de transtornos comportamentais, causados pela ansiedade, depressão e intolerâncias às frustrações, ensejando constantes conflitos (PORFÍRIO, 2020). Desse modo, pequenos gestos, olhares, falas e atitudes podem dar causa a desentendimentos que podem resultar em violências.

Os agressores fazem de vítimas as pessoas mais vulneráveis, sensíveis e frágeis da relação familiar, geralmente idosos, crianças e mulheres. Essas violências afrontam as garantias fundamentais como a integridade física (lesões corporais), psíquica (ofensas), moral (constrangimentos) e sexual

(abuso sexual). As relações podem se tornar abusivas e doentias (FIORELLI; MANGINI, 2009, p.190).

Em se tratando de violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) as ampara prevenindo, coibindo, erradicando e punindo a violência doméstica e familiar. Também irá protegê-las integralmente de ação ou omissão, morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial que o agressor venha praticar (MADALENO, 2018, p.351).

As medidas preventivas e protetivas, como o isolamento social e a quarentena, foram adotados pelas autoridades governamentais para reduzir o número de casos de SARS-Cov-2. Ocorre que essas medidas fizeram aumentar, gradativamente os casos de violência doméstica e familiar no Brasil.

Segundo Alana Granda (2020), em entrevista realizada com Renata Brasil Araújo, a presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas (Abead), um dos fatores que contribui para o aumento de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher tem sido o consumo excessivo de bebidas alcoólicas durante a pandemia pelas pessoas que estão em confinamento. Ao ingerir a bebida, a pessoa torna-se eufórica, porém, com o passar da ingestão, ocorre a diminuição do lobo pré-frontal e um efeito de sedação ou vulnerabilidade. Entretanto, um dos efeitos colaterais da ingestão de bebida alcoólica é a impulsividade, ou seja, a pessoa se torna agressiva.

Com isso, as pessoas que já têm ou não pré-disposição à agressividade, ao consumirem excessivamente bebidas alcoólicas, tornam-se mais agressivas e violentas. Em conflitos decorrentes de discussões familiares, acabam violentando as mulheres que convivem no mesmo lar.

Paralelamente à pandemia, crescem os números negativos das estatísticas e os números de casos da violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme constata os dados dos “Anuários Brasileiros de Segurança Pública” (2017, 2018 e 2019) e no “Painel de Monitoramento do CNJ” de 2015 a 2019.

Conforme o “Anuário Brasileiros de Segurança Pública” (2017), em 2015 foram registrados 631.383 casos de lesões corporais dolosas, regulamentados na Lei Maria da Penha como crime, consubstanciando em 15 mil processos julgados e concessão de 8.837 medidas protetivas (BANDEIRA. CNJ, 2019).

Em 2016 foram registrados 223.050 no “Anuário Brasileiro de Segurança Pública” (2018) casos de lesões corporais dolosas, consubstanciando em 422.718 (BRASIL. CNJ, 2016) novos casos de conhecimento pelo Judiciário que são transformados em processos, e foram concedidas por juízes 249 mil medidas protetivas (BANDEIRA, 2019).

Em 2017 foram registrados no “Anuário Brasileiros de Segurança Pública” (2019) casos de lesões corporais dolosas decorrentes de 606 casos por dia de violência doméstica (AMÂNCIO, 2018), totalizando 479.566 processos (BRASIL. CNJ, 2017), sendo concedidas liminarmente por juízes 300.000 medidas protetivas ou preventivas (BANDEIRA, 2019). Entretanto, fazendo uma comparação entre esses dois anos, verifica-se que houve redução de 1% dos registros de violência doméstica por lesões corporais dolosas (AMÂNCIO, 2018).

Em 2018 foram registrados 263.067 casos de violência doméstica com lesão corporal dolosa, havendo aumento de 0,8%, segundo o “Anuário Brasileiros de Segurança Pública” (2019) e sendo ajuizados 512.973 processos (BRASIL. CNJ, 2018), com 336.500 medidas protetivas ou preventivas concedidas liminarmente pelos juízes (BANDEIRA, 2019).

Em 2019 constam 563.698 processos (BRASIL, CNJ, 2018) e concessão de 403.600 medidas protetivas de urgência despachadas pelos juízes dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar (BANDEIRA, 2019). Comparando esses dois anos, houve um aumento de 20% na concessão das medidas protetivas ou preventivas de urgência em caráter liminar de natureza satisfativa, previstas na Lei Maria da Penha (BANDEIRA, 2019).

O primeiro semestre de 2020 chama a atenção pelo elevado número de denúncias de violência doméstica contra mulheres praticada por agressores durante o isolamento social.

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos houve, durante o isolamento social, um aumento de quase 9% no número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, se comparado a períodos anteriores: entre os dias 1º a 16 de março, foram registradas 3.045 ligações para o Disque Denúncia 180, sendo registrados 829 casos; houve um

considerável aumento no número de casos entre os dias 17 a 25 de março, quando foram registradas 3.303 ligações, totalizando em 978 denúncias (MODELLI, 2020).

Em alguns Estados, no mês de março, as Polícias Militares realizaram análises nos atendimentos prestados às mulheres vítimas de violência doméstica. Foram constatados os seguintes dados: em São Paulo, verificou-se aumento de 44,90% e foram concedidas pelos juízes 2.500 medidas protetivas em caráter de urgência, conforme divulgado no dia 20 de abril de 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública do Estado de São Paulo (FBSP); no Acre, contabilizou-se um aumento de 2,10%, saltando de 470 casos para 480 casos; e no Rio Grande do Norte, registrou-se aumento de 34,10% em relação aos casos de lesão corporal dolosa e 54,30% nos casos de ameaças de violência contra as mulheres (BOND, 2020).

O Secretário Geral da ONU Antonio Gutierrez, no início do mês de abril, alertou as autoridades governamentais sobre o aumento global do número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher durante a pandemia. Nesse sentido, considerou que as autoridades tomem as devidas providências para o combate à violência doméstica e familiar e garantam o amparo e a proteção das mulheres (CASTRO, 2020).

Durante o tempo integral com o agressor, as mulheres vítimas de violência doméstica encontram diversas dificuldades para denunciarem, fazendo com que ocorram as subnotificações, ou seja, elas estão deixando de denunciar por medo, vergonha, dependência financeira (agravada pelo desemprego devido à suspensão das atividades) ou por não terem acesso aos meios de comunicações (CASTRO, 2020).

Assim, com as subnotificações dos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, está ocorrendo a diminuição das denúncias, fazendo com que o Poder Público promova mecanismos eficazes para a prevenção da *Covid-19*, o combate a violência doméstica e familiar contra a mulher criando programas virtuais com profissionais da área da saúde psíquica e física como forma de amparo a todas as vítimas e aos casais promovendo um ambiente familiar harmônico, saudável e seguro.

3. Medidas de proteção às mulheres em tempos de *Covid-19*

Pela Lei Maria da Penha, as mulheres vítimas da violência doméstica passaram a ter os seus direitos reconhecidos e proteção legal por meio das medidas preventivas e protetivas de urgência eficazes e efetivas, visando a combater a violência doméstica contra a mulher e punir os agressores, como consubstanciado nos arts. 22 a 24. Constatando a prática da violência doméstica, caberá o juiz aplicar ao agressor, de imediato, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

- suspensão da posse ou restrição de armas, com comunicação ao órgão competente;
- afastamento do lar, domicílio ou local de convivência;
- proibição de determinadas condutas, dentre as quais:
 - aproximação da ofendida e seus familiares;
 - contato com a ofendida por qualquer comunicação;
 - frequência em determinados lugares para preservar a vítima;
- restrição ou suspensão de visitas aos filhos; e
- prestação de alimentos provisionais ou provisórios, consubstanciadas nos incisos I ao V do art. 22 da Lei Maria da Penha.

Nos casos em que as medidas protetivas de urgência forem concedidas, poderá o juiz, sem prejuízo de outras medidas (ANTUNES; COSTA; TROCILO JUNIOR, 2017, p.175-176):

- encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento, incluindo a assistência a saúde;
- determinar a recondução da ofendida e de seus familiares ao domicílio após o afastamento do agressor;
- determinar o afastamento da vítima do lar sem prejuízo dos direitos a ela inerentes; e
- conceder a separação de corpos, conforme incisos I ao IV do art. 23 da Lei Maria da Penha.

Com a alteração feita pela Lei nº. 13.894/2019, a Lei Maria da Penha assegura às mulheres vítimas de violência informações sobre seus direitos e a assistência jurídica para o ajuizamento de ação de divórcio, de separação judicial, de anulação do casamento ou de dissolução da união estável, tanto nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher como no juízo da Vara de Família (VIEIRA, 2019, p. 3).

Em razão da *Covid-19* e das medidas preventivas, como isolamento social e quarentena, as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar encontram dificuldades para denunciar os agressores por estarem ao lado deles em tempo integral. Conseqüentemente, ocorre a diminuição do número de casos e denúncias por causa das subnotificações.

Diante dessas circunstâncias, a ONU Mulheres e a OMS alertam as autoridades governamentais sobre aumento do número de casos da violência doméstica durante o isolamento social. Foram apresentados no Congresso Nacional brasileiro Projetos de Leis que objetivam a criação de medidas protetivas emergenciais e mecanismos para combater, reduzir e erradicar o número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o isolamento social, visando à ampliação das divulgações referentes ao Disque 180 para as vítimas denunciarem seus agressores (MODELLI, 2020).

Nos primeiros meses do isolamento social, o Governo brasileiro, junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), corroborando com o enfrentamento da violência doméstica, criou o aplicativo “Direitos Humanos BR” e os *sites* ouvidoria.mdh.gov.br, disque100.mdh.gov.br e ligue180.mdh.gov.br, permitindo às vítimas, aos familiares e aos vizinhos enviarem vídeos e fotos para ajudar nas denúncias contra seus agressores. A intenção é garantir a privacidade, agilidade e celeridade nas denúncias, para que as autoridades tenham ciência dos casos e tomem as devidas providências facilitando a aplicação da Lei Maria da Penha, garantindo e assegurando às vítimas de violências domésticas e familiar o amparo e a proteção (GARCIA; MACIEL; VIEIRA, 2020).

Dentre os projetos apresentados, no dia 03 de junho de 2020, foi aprovado por unanimidade pelo Senado Federal o Projeto de Lei nº 2.029/2020

apresentado pela Senadora Rose de Freitas, que substituiu o Projeto de Lei nº 1.291/2020—regulamentando a oferta de residências temporárias para mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situação de violência doméstica e familiar durante estado de calamidade pública, considerando essenciais os serviços e as atividades de atendimento das ocorrências de qualquer tipo de ameaça e lesão corporal (SILVA, 2020). Contudo, outras medidas essenciais podem ser adotadas para garantir a proteção as mulheres durante a pandemia, as quais sejam (MODELLI, 2020):

- levar alguém da família para morar junto com o casal;
- esconder e guardar fora do alcance do agressor os objetos pontiagudos;
- impedir a compra e o consumo de bebidas alcoólicas e drogas;
- avisar familiares e vizinhos sobre o que está acontecendo (em caso de episódios de violência);
- manter contato com sua rede de apoio por meio de telefone e aplicativos, e-mail e outras redes sociais;
- identificar um lugar a que possa ir caso precise sair de casa imediatamente;e
- traçar as autoridades governamentais um plano de proteção para mulher e seus filhos.

5. Conclusão

Foram constatados números crescentes de violência doméstica contra a mulher, uma situação agravada pelo isolamento social em razão da pandemia da *Covid-19*.

Demonstradas as estatísticas da violência doméstica pelo “Anuário de Segurança Pública” e pelo “Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica contra as Mulheres no Brasil” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tornam-se essenciais as medidas que visam à efetiva proteção à integridade física, psíquica, moral, sexual e patrimonial da mulher. Destaca-se, para tanto, a importância das

medidas protetivas ou preventivas de urgência, estabelecidas na Lei Maria da Penha e concedidas liminarmente nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

As medidas de proteção e prevenção adotadas pelas autoridades governamentais, ONU Mulheres, OMS e OPAS durante o enfrentamento da *Covid-19* contribuem com a redução do número de casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil.

6. Referências bibliográficas.

AMÂNCIO, Thiago. **Brasil registra 606 casos de violência doméstica e 164 estupros por dia.**

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/brasil-registra-606-casos-de-violencia-domestica-e-164-estupros-por-dia.shtml> Acesso em 02.jun.2020

ANTUNES, Sérgio de Moraes; COSTA, Leandro Silva; TROCILO JUNIOR, Waldemiro José. Consequências cíveis à luz da Lei Maria da Penha. In. BRITO, IureSimiquel. **Lei Maria da Penha: estudos interdisciplinares.** Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2017. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 12, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf> Acesso em 02.jun.2020

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2018. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 12, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf> Acesso em 02.jun.2020

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2019. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 13, 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/download/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2019/> Acesso em 02.jun.2020

BANDEIRA, Regina. **Painel disponibiliza dados atualizados de unidades especializadas em violência doméstica.**

Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/painel-disponibiliza-dados-atualizados-de-unidades-em-violencia-domestica-2/> Acesso em 02.jun.2020.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo**

coronavírus). Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em 30.mai.2020.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 30.mai.2020.

BOND, Letycia. **SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia> Acesso em 10.jun.2020.

CASTRO, Luiz Felipe. **Subnotificação e gatilhos: o drama da violência doméstica na quarentena**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/subnotificacao-e-gatilhos-o-drama-da-violencia-domestica-na-quarentena/>. Acesso em: 10.jun.2020

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2009.

GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia; VIEIRA, Pâmela Rocha. **Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100201. Acesso em 12.jun.2020.

GRANDA, Alana. **Aumento do consumo de álcool preocupa no período de confinamento**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/aumento-do-consumo-de-alcool-preocupa-no-periodo-de-confinamento>. Acesso em 01.jun.2020.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2018.

MODELLI, Laís. **Violência física e sexual contra mulheres aumenta durante isolamento social provocado pelo coronavírus**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/violencia-fisica-e-sexual-contra-mulheres-aumenta-durante-isolamento-social-provocado-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em 10.jun.2020.

PORFÍRIO, Francisco. **Isolamento Social**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/isolamento-social.htm>. Acesso em 01.jun.2020.

SILVA, Leopoldo. **Senado aprova projeto de lei que se torna essenciais serviços contra a violência doméstica; matéria volta à Câmara**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/03/aprovado->

[projeto-que-torna-essenciais-servicos-contra-violencia-domestica-durante-pandemia](#). Acesso em 12.jun.2020

VIEIRA, Alessandro. **Parecer sobre a Lei nº 13.894, de 2019**. Disponível em: <file:///D:/IMPRIMIR/DOC-Relatório%20Legislativo%20-%20SF193128527819-20190702.pdf> Acesso em 10.jun.2020.